



**SINSAÚDE**  
Sorocaba e Região

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**  
**2024/2025**

**SUSCITANTE: SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE SOROCABA E REGIÃO – SINSAUDE SOROCABA**, Entidade Sindical Profissional, com sede na Rua Coronel Jose Prestes nº 113, Centro, Sorocaba/SP, CEP 18.035-625, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.558.530/0001-06, por seu Presidente Milton Carlos Sanches, CPF 752.752.878-87.

**SUSCITADO: ASSOCIAÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SALTO DE PIRAPORA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 50.807.833/0001-37, estabelecida na cidade de Salto de Pirapora/SP, Avenida Carlos Chagas, nº 67, Centro, CEP 18.160-000, unidade hospitalar sob intervenção, conforme o Decreto nº 7.159/2024, neste ato representada pela Sra. Amanda Jesus Santos Lobo, portadora da RG nº 28.560.896-4, inscrita no CPF sob o nº 285.556.428-09, designada como representante do Poder Executivo na Comissão de Intervenção.

Entre as partes supra, fica estabelecida o presente Acordo Coletiva de Trabalho, que ora pactuam, que se aplica aos trabalhadores representados por este Sindicato, da instituição citada a cima, pelas seguintes cláusulas e condições:

**I – SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS**

**Cláusula 1ª : SALÁRIO NORMATIVO:**

Fica estabelecido o piso salarial de R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais) exceto para os profissionais de enfermagem, em relação aos quais observar-se-á o salário inicial fixado pela Lei 14.434/22.

**Parágrafo Único:** Fica assegurado ao trabalhador, o salário atualmente já recebido, reajustado na forma da Cláusula 2ª, caso se verifique seja ele superior aos pisos fixados nesta cláusula.

**Cláusula 2ª: REAJUSTE SALARIAL:**

Os salários dos trabalhadores representados pelo Sindicato suscitante, serão reajustados a partir de 01.05.2024, percentual de 3,69% (três vírgula sessenta e nove por cento), a ser aplicado sobre os salários vigentes em abril/2024.

**Cláusula 3ª: DESIGUALDADES DE SALÁRIOS E OPORTUNIDADES:**

Não haverá desigualdade salarial e de oportunidades, inclusive de admissão ao trabalho, por motivo de sexo, raça, orientação sexual, religião, convicções políticas ou filosóficas.

Rua Coronel José Prestes, nº 113, Centro, Sorocaba -SP  
Telefone: (15) 3219-1520  
E-mail: [processando@orgao.org.br](mailto:processando@orgao.org.br)

Filado a



**CTB**





**SINSAÚDE**  
Sorocaba e Região

**Cláusula 4ª: PAGAMENTO DE SALÁRIOS:**

O pagamento dos salários e demais verbas remuneratórias referentes ao vínculo empregatício será efetuado pelo empregador, em conta salário, cuja abertura é de responsabilidade do empregado, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Parágrafo Único:** Se o vencimento dos prazos coincidir com domingos e feriados, o pagamento deverá ser antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

**Cláusula 5ª: ERROS NA FOLHA DE PAGAMENTO:**

Na ocorrência de erro na folha de pagamentos, o empregador efetuará a correção em até dez dias úteis contados da data do ocorrido.

**Cláusula 6ª: MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO:**

O atraso no pagamento de salários e demais rendimentos do trabalho acarretará multa fixa de 2% (dois por cento) da remuneração dia, devida ao funcionário, salvo em caso de força maior, mediante justificativa do empregador, e nos casos de atraso na abertura da conta salário.

**Parágrafo Único:** As penalidades da cláusula 6ª aplicam-se nos casos de atraso no pagamento da gratificação natalina, da remuneração de férias e de quaisquer outras espécies de remuneração percebida pelo empregado, ressalvando as exceções estipuladas no caput.

**Cláusula 7ª: COMPROVANTE DE PAGAMENTO:**

Na data do pagamento os empregadores fornecerão aos empregados holerites ou envelopes de pagamento, contendo o nome do empregado, o período de competência e a discriminação das importâncias pagas e descontadas a qualquer título, destacando-se os rendimentos relativos às horas extras, aos adicionais e demais vantagens, às remunerações do trabalho nos dias de descanso obrigatório, bem como os depósitos do FGTS.

**Parágrafo Único:** Os holerites poderão, a critério do empregador, ser disponibilizados por meio eletrônico ou bancário, mas o empregador deverá fornecer cópia impressa aos empregados sempre que estes solicitarem.

**Cláusula 8ª: SALÁRIO-SUBSTITUIÇÃO:**

Ao empregado que, em caráter não eventual, substituir outro com salário superior será garantido igual salário do substituído enquanto durar a substituição.

Rua Coronel José Prestes, nº 113, Centro, Sorocaba - SP  
Telefone: (15) 3219-1520  
E-mail: [info@sinaude.org.br](mailto:info@sinaude.org.br)

Filiado a



**CTB**





**Clausula 9ª: PRÊMIO ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE**

O prêmio de assiduidade será aplicado para todos empregados.

**Parágrafo Primeiro** - O pagamento do prêmio de assiduidade é de 2,5% sobre o salário base para os empregados que não apresentarem falta nem atestado médico no mês. O pagamento do prêmio de pontualidade é de 2,5% para os empregados que não apresentarem atraso a cima de 60min no mês, sendo este devido aos funcionários que não apresentarem atraso no mês

**Parágrafo Segundo** – O pagamento do prêmio, será retroativo a maio, sendo pago até o quinto dia útil de julho, respeitando valor acordado no reajuste negociado neste acordo, mantendo a forma anterior empregada

**Clausula 10ª: DESCONTO EM FOLHA E NAS VERBAS RESCISÓRIAS:**

Desde que expressamente autorizados pelo empregado interessado, as empresas poderão realizar descontos integrais em folha de pagamento e nas verbas rescisórias relativos a convênios, empréstimos, e outras parcelas, respeitados os limites legais.

**Parágrafo Primeiro:** Especialmente no que concerne ao contrato entre a empresa e a Instituição Financeira serão respeitadas as condições da Lei nº 10.820/2003, com a redação dada pela Lei nº 13.172/2015.

**Parágrafo Segundo:** Na hipótese de restar devido pelo empregado algum valor a título de mensalidade ou coparticipação de convênio médico ou odontológico, independente do seu consentimento, o empregador fica autorizado a efetuar o desconto da totalidade do valor, dentro dos limites legais, sobre o líquido em folha de pagamento, férias e/ou 13º salário, e verbas rescisórias.

**II – GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS e OUTROS**

**Clausula 11: ADICIONAL DE HORA EXTRA:**

Concessão de 100% (cem por cento) de sobretaxa para horas extraordinárias prestadas pelo empregado de segunda a sábado e concessão de 100% de sobretaxa para horas extraordinárias trabalhadas nos dias de feriados e domingos

**Parágrafo Primeiro:** Os empregadores poderão adotar o sistema de Banco de Horas e/ou compensação de horas de natureza diversa, de maneira que, no caso do banco de horas, o excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que a referida compensação não exceda o período máximo de 12 (doze) meses, a contar da data do evento.





**Parágrafo Segundo:** Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, ou após o decurso do prazo supra estabelecido, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, ou do efetivo pagamento, observando-se os adicionais estabelecidos na presente norma coletiva.

**Parágrafo Terceiro:** Em eventual pagamento de hora extra, será utilizado o divisor referente a carga horária efetivamente exercida pelo trabalhador.

**Parágrafo Quarto:** Fica autorizado, independente do consentimento do trabalhador, o desconto da totalidade do banco de horas negativo na folha de pagamento e nas verbas rescisórias, sempre respeitando o período de um ano da data do ocorrido.

**Parágrafo Quinto:** Não haverá a descaracterização da jornada/escala de trabalho estipulada em razão da prática de horas extraordinárias habituais, respeitados o regular pagamento e/ou compensação/banco de horas.

**Cláusula 12: ADICIONAL NOTURNO:**

Sem prejuízo das garantias estabelecidas em lei, será concedido Adicional Noturno de 40% (quarenta por cento) sobre a remuneração habitual do empregado, para o trabalho realizado em escala noturna, para o trabalho prestado entre 22h e 6h do dia seguinte.

**Cláusula 13: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE:**

A todos os funcionários representados pelo Sindicato Suscitante, em exercício em condições insalubres, como dispõe a NR-32, será pago adicional de insalubridade, calculado sobre o salário mínimo, ou o que for acordado entre as partes na convenção coletiva da categoria.

**Cláusula 14: DIÁRIAS E DESPESAS DE VIAGEM:**

O empregado que viajar em virtude de trabalho ou por motivos de assuntos relacionados ao trabalho terá direito a reembolso de despesas de alimentação e pagamento de horas extras se extrapolar a jornada habitual de trabalho.

**Parágrafo Primeiro:** Caberá ao empregador arcar com todas as despesas decorrentes de viagens de trabalho, tais como transporte, hospedagem, alimentação e similares.

**Parágrafo Segundo:** Nos casos em que o trabalhador se utilizar de veículo próprio para fins de viagem a serviço do empregador, caberá reembolso equivalente ao Km rodado de acordo com tabela a ser definida pelo departamento financeiro da instituição.





**Cláusula 15: VALE-TRANSPORTE:**

Os empregadores concederão aos seus empregados vale transporte, na forma da lei.

**Cláusula 16: PLANO DE SAÚDE:**

Faculdade do empregador conceder aos seus empregados plano de saúde, o qual contemplará assistência médica, hospitalar.

**Parágrafo único:** Quando no exercício de suas funções, os trabalhadores receberão, dentro das disponibilidades técnicas, socorro médico no local de trabalho.

**Cláusula 17: ANTECIPAÇÃO EM CASO DE AUXÍLIO-DOENÇA:**

Em caso de concessão de auxílio-doença ao empregado, a empresa antecipará 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício a ser pago pelo órgão previdenciário nos primeiros 60 (sessenta) dias de afastamento, desde que seja feita solicitação pelo trabalhador por escrito até o 20º dia de afastamento.

**Parágrafo Único:** As antecipações poderão ser compensadas integralmente após o retorno do empregado ao serviço, mediante desconto em folha de pagamento ou nas verbas rescisórias, a critério do empregador.

**Cláusula 18: CESTA BÁSICA:**

Os empregadores concederão mensalmente a todos os seus empregados uma cesta básica composta dos seguintes itens:

- 10 quilos de arroz
- 03 quilos de feijão
- 03 latas de óleo de soja
- ½ quilo de café torrado e moído
- 05 quilos de açúcar
- ½ quilo de achocolatado em pó
- 01 quilo de macarrão
- 01 quilo de farinha de trigo
- 02 latas de 140 grs. de extrato de tomate
- 01 lata/calxinha de leite condensado
- 01 pacote de 400 g de mistura para bolo
- 01 pacote de 200 grs. de biscoito doce
- 01 pacote de 200 grs. de biscoito salgado
- 02 latas de leite em pó de 400 grs.





**Parágrafo Primeiro:** Durante a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, os produtos da cesta básica deverão manter o mesmo padrão de qualidade e, caso se verifique deterioração da qualidade, o empregador deverá promover a substituição de todas as cestas concedidas por outras de qualidade compatível.

**Parágrafo Segundo:** Quando a cesta for substituída por ticket-cesta ou vale cesta, ou qualquer outra modalidade de pecúnia, o valor será de, no mínimo, R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que deverá ser pago até o dia 20 de cada mês.

**Parágrafo Terceiro:** Desde que exista expressa concordância do empregado, a cesta básica poderá ser substituída por ticket-cesta ou vale cesta.

**Parágrafo Quarto:** As cestas básicas serão entregues até o dia 20 de cada mês cabendo ao empregado a responsabilidade de retirá-la dentro do prazo, sob pena de perdê-la.

**Parágrafo Quinto:** O benefício da cesta básica é devido aos trabalhadores afastados por até 90 (noventa) dias em virtude de auxílio doença, ou em usufruto de licença-maternidade e de licença paternidade.

**Parágrafo Sexto:** Nos casos em que o trabalhador for afastado do trabalho em virtude de acidente de trabalho ou doença profissional, o trabalhador continuará recebendo a cesta básica mensal pelo tempo que durar o afastamento.

**Parágrafo Sétimo:** No caso de admissão e demissão, o empregado fará jus ao recebimento da cesta básica, desde que tenha trabalhado mais de 15 dias no mês.

#### **Cláusula 19: ALIMENTAÇÃO:**

Os empregadores fornecerão, gratuitamente, refeições diárias aos colaboradores, sendo café da manhã, almoço café da tarde e janta

#### **Cláusula 20: AMAMENTAÇÃO:**

Fica assegurado às trabalhadoras, sem prejuízo de salário, período para a amamentação de 60(sessenta) minutos, devendo este ser utilizado em 02(dois) períodos de 30(trinta) minutos, até o filho completar 06 meses de idade.

**Parágrafo Único:** Para cumprimento do período de amamentação descrito no caput desde que não sejam ultrapassados 60(sessenta) minutos diários, faculta-se às empregadas cumular duas opções dentre as alíneas "a" a "c" ou somente adotar uma alínea "d" ou "e":

- a) Iniciar o expediente 30 (trinta) minutos mais tarde ou;
- b) atrasar o retorno do horário de refeição e descanso em 30 (trinta) minutos ou;
- c) encerrar sua jornada com 30(trinta) minutos de antecedência;





- d) iniciar o expediente 01 (uma) hora mais tarde;
- e) encerrar a jornada 01 (uma) hora mais cedo

**III – CONTRATO DE TRABALHO, ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**

**Cláusula 21: CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E READMISSÃO:**

Readmitido o empregado na função que exercia anteriormente, não será celebrado novo contrato de experiência, desde que cumprido integralmente o anterior.

**Cláusula 22: INDENIZAÇÃO POR RETENÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO:**

Será devida ao empregado a indenização legal, pela retenção de sua carteira profissional, após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Cláusula 23: DIREITOS PARA OS TRABALHADORES EM UNIÃO HOMOAFETIVA**

Fica assegurada aos trabalhadores em união homoafetiva, à garantia de todos os direitos previstos no presente instrumento, de forma a facilitar o resguardo dos interesses de seus companheiros(as) e dependentes habilitados perante a Previdência Social.

**Parágrafo Único:** A relação homoafetiva estável dar-se-á a partir do reconhecimento pela Previdência Social, consoante disciplina a Instrução Normativa nº77, de 21/01/2015 e alterações posteriores.

**Cláusula 24: GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA**

Fica garantido empregos e salários a todos os empregados que possuam mais de um ano de contrato de trabalho e que estejam a menos de dois anos, ou 24 (vinte e quatro) meses, da aposentadoria, proporcional, integral, ou especial, desde que haja comunicação por escrito ao empregador.

**Parágrafo Primeiro:** Para obtenção de tais garantias, o trabalhador deverá informar a empresa, por escrito, que encontra-se em período de pré-aposentadoria e comprovar tal condição em até 30 (trinta) dias corridos, contados de eventual aviso de dispensa imotivada

**Parágrafo Segundo:** A garantia estabelecida na presente cláusula não se aplica nos casos de dispensa por justa causa e pedido de demissão.

**Cláusula 25: INTERRUPÇÕES DO TRABALHO**

As interrupções do trabalho de responsabilidade do empregador ou decorrentes de caso fortuito ou força maior no local de trabalho não poderão ser descontadas ou compensadas





**V – JORNADAS DE TRABALHO, DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS**

**Cláusula 26: JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO**

Poderá ser adotada jornada especial de trabalho em regime de 12x36 (doze horas de trabalho, com intervalo de uma hora para refeição, por trinta e seis horas de descanso), com 2 folgas (duas folgas) mensais, não podendo tais folgas ser concedidas em dias já compensados, ou, alternativamente, o pagamento das horas extras correspondentes, conforme escala de trabalho estabelecida pelo empregador;

**Parágrafo Primeiro:** Admite-se a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo a jornada cumprida de segunda a sexta-feira, com compensação em sábados, ou outra escala a critério do empregador. Não haverá trabalho em domingos e feriados, admitindo-se, contudo, desde que haja folga compensatória ou pagamento de hora extra.

**Cláusula 27: BANCO DE HORAS MENSAL:**

As empresas poderão adotar o sistema de compensação de horas, acima da jornada e obedecido o limite legal, através da implantação do Banco de Horas Mensal, desde que sua compensação ocorra dentro do próprio mês da realização das horas. Devendo as horas excedentes serem pagas como extraordinárias, como estabelece a referida cláusula de Horas Extras. Ficando vedada a compensação no mês seguinte ao da sua realização, bem como a apuração de horas negativas, que deverão ser absorvidas pela empresa. Salvo quando a empresa instituir, mediante acordo com o Sindicato, Banco de Horas, com vigência semestral.

**Cláusula 28: FERIADOS**

Todos feriados Nacionais, Estaduais e Municipais, quando trabalhados serão compensados com folgas compensatórias no prazo máximo de 30 dias, ou pagos como horas extras ou dentro do respectivo mês, a todos.

**Parágrafo Único:** Na hipótese de antecipação do feriado advinda de autorização legislativa, admite-se o gozo da folga compensatória até o mês em que originalmente o feriado foi constituído.

**Cláusula 29: AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

Os empregados poderão ausentar-se do trabalho sem prejuízo dos salários, nos seguintes casos:

- a) Por 3 (três) dias consecutivos, em virtude de morte de filho, cônjuge ou ascendentes.
- b) Por 01 dias em virtude de morte de irmão (a), avô (á), padrasto, madrasta podendo ser o dia do óbito ou dia do sepultamento a escolha do funcionário.







# SINSAÚDE

## Sorocaba e Região

- c) Por 01 (um) dias no falecimento de, sogro ou sogra podendo ser dia do falecimento ou sepultamento a escolha do funcionário.
- d) Por 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.

### **Cláusula 30: FERIADO DA CATEGORIA**

Será considerado feriado para todos os trabalhadores o dia 12 de maio, data em que se comemora o "Dia do Empregado em Estabelecimentos de Serviços de Saúde", na base territorial do Sindical Profissional conveniente.

**Parágrafo Primeiro:** Tendo em vista a natureza da atividade da saúde, fica assegurada e permitida a prestação de serviços nesse dia mediante escala prévia elaborada pelo empregador e identificada ao trabalhador.

**Parágrafo Segundo:** Será garantida a concessão de folga relativa ao feriado da categoria da saúde previsto nesta cláusula, a todos os trabalhadores, independentemente de o dia 12 de maio recair em feriados, sábados e domingos não trabalhados, folgas ou dias já compensados.

**Parágrafo Terceiro:** A compensação prevista nos parágrafos primeiro e segundo acima observará escala prévia elaborada pela administração da empresa, que deverá ser efetivada até 30 de dezembro do ano do feriado.

**Parágrafo Quarto:** Nos casos em que a concessão posterior da folga for absolutamente impossível, fica assegurado aos empregados que trabalharem no dia 12 de maio o recebimento das horas trabalhadas como extras, com os acréscimos previstos em lei e neste instrumento coletivo de trabalho, admitindo-se, também, a hipótese de compensação de hora.

### **Cláusula 31: CURSOS E TREINAMENTOS**

Quando realizados fora do horário normal de trabalho, os cursos, treinamento, reuniões e outros eventos obrigatórios exigidos pelo empregador terão seu tempo remunerado como trabalho extraordinário, com os acréscimos previstos em lei e neste instrumento coletivo de trabalho.

## **VI – FÉRIAS E LICENÇAS**

### **Cláusula 32: FÉRIAS**

O início das férias não coincidirá com sábados, domingos e feriados ou dias já compensados, devendo ser fixado a partir do primeiro dia útil da semana, sendo que o seu pagamento e do terço constitucional será efetuado antes de seu início. Exceto aos que trabalham em escala 12x36. Os trabalhadores que trabalham em escala 12X36 poderão iniciar as férias após a data da folga pós plantão.





**SINSAÚDE**  
Sorocaba e Região

**Cláusula 33: LICENÇA PATERNIDADE**

Os empregadores concederão aos empregados, após o nascimento ou adoção de seu filho, licença paternidade de 05 (cinco) dias, a contar do nascimento ou adoção legal de recém nascidos.

**Cláusula 34: ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Em vista dos princípios da boa-fé e da lealdade nas relações de trabalho, bem como da fé pública inerente aos profissionais clínicos, o empregador reconhecerá os atestados médicos, odontológicos e psicológicos apresentados por seus empregados, no prazo de 48 horas da emissão do mesmo, salvo quando houver fundado receio de invalidade. A apresentação poderá ser feita por meios eletrônicos em até 24 horas, com apresentação da via original, quando do primeiro dia do retorno ao trabalho.

**VIII – RELAÇÕES SINDICAIS**

**Cláusula 35: MENSALIDADES SINDICAIS**

Obrigatoriedade de recolhimento das contribuições (mensalidades sindicais) descontadas dos associados, em consonância com os artigos 545 e seu parágrafo único, sob as penas previstas no artigo 553, da CLT, conforme legislação vigente.

**Parágrafo Único:** para fins do presente acordo coletivo, os associados ao Sindicato por intermédio de outro vínculo empregatício deverão comprovar tal condição a cada 03 meses ao setor de RH.

**Cláusula 36: COTA DE PARTICIPAÇÃO NEGOCIAL**

A empresa descontará de seus empregados representados por este sindicato, sócio ou não, a título de participação nas negociações coletivas, uma contribuição no percentual total de R\$ 80,00 (oitenta reais). O valor será dividido em duas parcelas iguais de R\$ 40,00 (Quarenta reais), com descontos nos meses de julho e agosto de 2024, cujos pagamentos serão feitos através de boletos bancários, que serão fornecidos pelo sindicato profissional.

O recolhimento será efetuado até o dia 10.08.2024 referente a primeira parcela, e a segunda será efetuada até o dia 10.09.2024. Após a data dos respectivos vencimentos, haverá incidência da multa prevista na presente norma coletiva.

**Parágrafo Primeiro:** A empresa ficará obrigada a remeter ao sindicato profissional, no mês de agosto de 2024 a relação dos empregados pertencentes a categoria e a ela vinculados.

**Parágrafo Segundo:** Conforme deliberado em assembleia geral realizada com os trabalhadores representados por este sindicato, (edital publicado na mídias sociais, meios de comunicação





# SINSAÚDE

## Sorocaba e Região

da entidade sindical e da empresa), fica garantido aos empregados o direito de oposição no prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de assinatura do presente acordo coletivo de trabalho. A carta de oposição será pessoal e Individual, e deverá ser protocolada na sede do sindicato profissional sendo em duas vias ou enviada por AR, uma via sendo entregue pelo colaborador no RH da Empresa.

### **Cláusula 37: DIRIGENTE SINDICAL E A EMPRESA**

O Dirigente Sindical da respectiva base territorial, no exercício de sua função, desejando manter contato com empresa, terá garantido o atendimento, podendo, quando o assunto a ser exposto se referir à segurança, higiene e medicina do trabalho, fazer-se acompanhar de assessor técnico.

### **Cláusula 38: DELEGADO SINDICAL**

Será assegurado o reconhecimento do Delegado Sindical no âmbito da empresa, indicado pelo sindicato profissional, enquanto durar o respectivo mandato, com estabilidade nos moldes dos membros da CIPA.

### **Cláusula 39: QUADRO DE AVISOS**

Afixação, pelo Sindicato Suscitante, de quadros de avisos no local da prestação de serviços, nos quais poderão ser fixados editais e outros comunicados de interesse do empregado

## **IX – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Cláusula 40: VIGÊNCIA E DATA-BASE**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência no período de 1º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025, mantendo-se a data base da categoria profissional em 1º de maio.

**Parágrafo Único:** O prazo acima será automaticamente estendido até a celebração de nova Convenção Coletiva de Trabalho, respeitando-se o prazo limite de vigência de 2 (dois) anos, na conformidade do disposto no parágrafo 3º, do artigo 614 da CLT.

### **Cláusula 41: DA PREVALÊNCIA DO ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA**

Nos termos do artigo 7º, XXVI da CF/88, c.c. Convenções 98/1949 e 154/1981 da OIT, a presente Convenção Coletiva tem validade ampla, nos termos declinados por estabelecerem a vontade das partes convenientes, bem como reconhecida sua autonomia constitucionalmente protegida. Ratificada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no





juízo do RE 590.415 (Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 29/5/2015, Tema 152), que concluiu que a Constituição Federal "reconheceu as convenções e os acordos coletivos como instrumentos legítimos de prevenção e de autocomposição de conflitos trabalhistas". Ainda, nos termos do artigo 611 A da CLT, o disposto neste Acordo Coletivo de Trabalho, tem prevalência sobre a lei e outras disposições, observadas suas vedações. Devendo ser obedecido por todos por ela alcançados.

**Cláusula 42: JUÍZO COMPETENTE**

Fica estabelecido o foro da Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer dúvidas sobre a aplicação das normas inscritas neste instrumento coletivo de trabalho.

**Cláusula 43: DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

a) Fica estabelecida a multa de correspondente a 1 (um) salário-dia do empregado por dia de atraso, caso o empregador não satisfaça nos prazos previstos em lei o pagamento dos salários e gratificações natalinas e férias, em favor do empregado.

b) Multa por descumprimento de todas as obrigações de fazer inseridas na presente norma coletiva e que não possuam cominações próprias, equivalente a 10% (dez por cento) do piso da categoria, em favor da parte prejudicada.

**Cláusula 44: DA AÇÃO DE CUMPRIMENTO**

Quaisquer das Entidades convenientes poderá ajuizar AÇÃO DE CUMPRIMENTO, das normas aqui estabelecidas, independentemente da outorga de procuração, visto que o descumprimento por parte de algumas empresas, acarreta em diminuição dos custos e consequentemente em oferecimento de serviços a valores de concorrência desleais em detrimento das empresas cumpridoras das normas estabelecidas, bem como o descumprimento das normas pelas empresas causa prejuízo a classe profissional detentora dos benefícios.

Sorocaba, 24 de junho de 2024

Milton Carlos Sanches  
Presidente – Suscltante  
CPF 752.752.878-87

Amanda Jesus Santos Lobo  
Administradora – Suscltada  
CPF 285.556.428-09

